



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

XXIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 9ª REGIÃO

CADERNO DE QUESTÕES

2ª ETAPA – PROVA ESCRITA – 15/12/2012 – DURAÇÃO DE 4 HORAS

INSTRUÇÕES DA BANCA EXAMINADORA AOS CANDIDATOS

- Somente abra o caderno de questões e inicie a prova após autorização do Fiscal de sala.
- A prova contém **três cadernos**, assim compostos:
 - a) **Caderno de Questões**: contém duas páginas de instruções e cinco páginas com as dez questões da prova, totalizando sete páginas.
 - b) **Caderno de Respostas**: contém capa, folha de rosto e 25 (vinte e cinco) folhas para respostas, em frente e verso, todas devolvidas ao final pelo candidato.
 - c) **Caderno de Rascunho**: contém cinco folhas identificadas para rascunho, em frente e verso, todas devolvidas ao final pelo candidato.
- Em nenhuma hipótese haverá **acréscimo ou substituição** de folhas dos cadernos de prova.
- **As folhas de rascunho NÃO** serão objeto de análise e correção pela Banca Examinadora.
- **Não** assine, assinale, amasse, dobre ou rasure o caderno de respostas, tampouco proceda a qualquer lançamento que viabilize a sua identificação.
- **Abstenha-se** de fazer qualquer lançamento na **folha de rosto** do caderno de respostas, destinada ao lançamento de nota pelos corretores.
- A prova terá duração de **4 (quatro) horas**. É obrigatória a permanência do candidato na sala de prova por, no mínimo, 1 (uma) hora. Para levar consigo o caderno de questões, o candidato deverá permanecer pelo tempo mínimo de 3 (três) horas na sala de prova, a contar de seu início. O penúltimo candidato a entregar a prova ao fiscal deverá permanecer em sua respectiva sala de prova até a entrega da prova pelo último candidato.
- Durante o período de realização da prova, sob pena de eliminação, não serão permitidos o empréstimo de material, bem como a comunicação entre candidatos e/ou com pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, tampouco o uso de relógio, celular ou qualquer equipamento eletrônico.
- Ao final da prova, entregue ao fiscal de sala **INTEGRALMENTE os cadernos de respostas e de rascunho**.

- Na correção das respostas oferecidas às questões (máxime naquelas que envolvem problemas práticos que não ensejam solução definitiva) o principal ponto a ser avaliado é a capacidade de o candidato fundamentar correta e adequadamente seu ponto de vista. Espera-se que o candidato demonstre habilidade em desenvolver argumentação jurídica convincente.
- Serão valorizadas respostas que demonstrem conhecimento principiológico e fundamentação articulada entre campos distintos do conhecimento jurídico. Nada obsta, portanto, que o candidato apresente fundamentos próprios de determinada disciplina (v.g., Direito Civil) em questão afeta a outra (v.g., Direito do Trabalho), desde que coerentes entre si e adequados à solução a ser conferida ao problema. Sugere-se ao candidato que demonstre conhecimento interdisciplinar e ampla cultura geral, jurídica, sociológica, psicológica, ética, filosófica e política.
- As respostas não deverão ser estranhas aos temas propostos.
- Clareza, objetividade, adequação, concisão, precisão, completude das respostas e conhecimento sobre o tema (além da capacidade de percepção de todas as alternativas teóricas e práticas que possam estar envolvidas na questão proposta) serão avaliadas e consideradas na atribuição das notas pela banca examinadora.
- Os candidatos deverão utilizar a norma culta, pois será avaliada a correção vernacular, a utilização correta do idioma oficial e a capacidade expositiva.
- A profundidade da argumentação desenvolvida pelo candidato será avaliada na correção das respostas e atribuição de notas, exceto quando a fundamentação for dispensada pelo enunciado da questão. Serão desconsiderados fundamentos que, embora tecnicamente corretos, mostrem-se inadequados para a solução do problema apresentado.
- A análise e interpretação das questões integram a prova e serão objeto de avaliação pela banca examinadora. Por isso, os questionamentos propostos não serão objeto de verificação e/ou explicação pelos fiscais de sala, nem pela banca examinadora. Não será permitido nenhum esclarecimento sobre o enunciado das questões ou sobre o modo de resolvê-las, pois a criatividade também é qualidade buscada na magistratura.
- O domínio do tempo destinado à resolução de todas as questões é parte integrante da prova. Assim, sugere-se: **(a)** a utilização das folhas de rascunho apenas para anotações sucintas e pequenos esboços e **(b)** o desenvolvimento das respostas diretamente nas folhas definitivas, ainda que isso venha a ensejar necessidade de o candidato colocar entre parênteses a palavra ou texto a ser retificado ou inutilizado, riscando com um traço único, contínuo e horizontal entre os respectivos parênteses (~~como neste exemplo~~). Em nenhuma hipótese o texto riscado será objeto de análise, correção ou valoração pela Banca examinadora. Adverte-se que o desenvolvimento da integralidade das respostas nas folhas de rascunho (com a posterior transcrição para as folhas definitivas) envolve o transcurso de tempo considerável, que em nenhuma hipótese será concedido ao candidato após o encerramento do horário fixado para o término da prova.
- Não é necessária a transcrição das questões nas folhas destinadas à resposta definitiva. Basta que o candidato identifique o número da questão sobre a qual versa sua resposta, como no seguinte exemplo: "Resposta da questão nº 1". Responda às questões pela ordem numérica que reputar mais conveniente, identificando expressamente o **número da questão** a que se refere a respectiva resposta.

QUESTÕES

PRIMEIRA QUESTÃO - Diferencie PIS, gueltas, stock options, truck system, gorjetas e “complementação SUDS” paga aos servidores em virtude de convênio entre Estado e União. Tais parcelas geram reflexos em outras verbas trabalhistas? Quais?

SEGUNDA QUESTÃO - Compendie sobre o teletrabalho regulamentado pela Lei 12.551/2011, abordando:

- a) conceito;
- b) vantagens e desvantagens para empregado e empregador;
- c) subordinação objetiva, estrutural e parassubordinação;
- d) controle de jornada;
- e) compatibilidade com a Constituição Federal, sob o enfoque dos direitos fundamentais, e com o Código Civil, à luz do princípio da consagração familiar.

TERCEIRA QUESTÃO - A Lei 12.619, de 30/04/2012, representa uma vitória para a categoria dos trabalhadores em transportes terrestres, pois reconhece o exercício da profissão de motorista de transporte rodoviário de passageiros e cargas, conforme determina a CF, CLT e CTB. A respeito do aludido diploma legal, discorra sinteticamente sobre:

- a) o tempo de direção, de espera, de reserva e jornada de trabalho;
- b) a aplicabilidade do art. 62, inc. I, da CLT, aos motoristas que laboram sob o regime da nova Lei;
- c) os intervalos;
- d) a possibilidade de fixar a remuneração dos motoristas por quilometragem, por tempo de viagem ou por produtividade;
- e) a constitucionalidade do art. 235-B, inc. VII, da CLT, sob o enfoque da dignidade do trabalhador, do direito à intimidade, e de não produzir prova contra si mesmo e, também, dos princípios da função social da propriedade, da precaução e da proporcionalidade;
- f) a providência a ser adotada pelo empregador diante da recusa do motorista profissional em submeter-se ao teste e ao programa de controle do uso de drogas e de bebidas alcólicas;
- g) os limites e possibilidades de negociação coletiva relativas à regulamentação do trabalho dos motoristas frente à nova lei?
- h) o enquadramento, na categoria diferenciada, de motoristas empregados de indústria papeleira, que transportam toras das áreas de reflorestamento rural até a fábrica situada na zona urbana.

QUARTA QUESTÃO - Sobre a execução no processo do trabalho, disserte precisamente sobre:

- a) pressupostos;
- b) dissimilitudes entre execução definitiva e provisória;
- c) suspensão e extinção;

- d) escolha das normas de regência;
- e) diferença entre embargos à execução e exceção de pré-executividade;
- f) distinções de: (1) arrematação, (2) adjudicação, (3) remição de bens (subsiste? Qual a base legal?), (4) remissão, (5) conversão de depósito em renda a favor da União, (6) praça (7), leilão, (8) usufruto, (9) evicção do arrematante.

QUINTA QUESTÃO - No que tange ao recurso de revista e considerando a jurisprudência consolidada do TST, elucide condensadamente sobre:

- a) finalidades;
- b) profundidade do efeito devolutivo;
- c) pressupostos;
- d) prequestionamento e sua previsão no sistema jurídico;
- e) consequências da ausência de pronunciamento explícito do TRT sobre questões fáticas e jurídicas esgrimidas no recurso principal e brandidas em embargos de declaração;
- f) hipóteses de inexigibilidade de prequestionamento.

SEXTA QUESTÃO - Preste atenção na seguinte narrativa:

§ 1º) Demetrius, trabalhador dedicado, procurou o advogado Agilus, para ingressar com uma reclamatória trabalhista contra a empresa Terceirização Ltda. (sócios-gerentes Katilus e Nicholas, ambos com amplos poderes de administração sobre a empresa e reuniões diárias). Inicialmente, sob a alegação da necessidade de pagar custas processuais para distribuição da ação, o advogado Agilus pediu o valor de R\$ 1.500,00 ao Reclamante, o qual foi pago em três vezes de R\$ 500,00.

§ 2º) Após regular entrevista, Agilus propôs a Demetrius uma simulação de doença profissional, encaminhando-o ao médico Hipócritas para que fossem forjados laudos, exames e atestados médicos. Hipócritas, alterando o nome de alguns pacientes, forneceu toda a documentação mencionada.

§ 3º) No entanto, Agilus esqueceu-se de colher a assinatura de Demetrius na procuração e de boa vontade assinou por ele, levando ao Tabelionato, embora desnecessário o reconhecimento de firma para tal finalidade. O Tabelião, mesmo sabendo não se tratar da assinatura de Demetrius, por cortesia reconheceu a firma por semelhança, pois Agilus era seu cliente de longa data e confiança a toda prova.

§ 4º) Ajuizada a reclamatória, notificada a Reclamada por Oficial de Justiça em razão do local de difícil acesso, o proprietário Katilus, irritado, disse ao serventuário de justiça que ele era mais um “chopim do poder público”, uma pessoa improdutiva e preguiçosa que deveria ter “vergonha na cara”.

§ 5º) No dia da audiência, a advogada Serinatas, contratada pela empresa, percebendo o atraso do preposto e uma vez apregoadas as partes, disse que era “preposta” da empresa, inclusive com vínculo empregatício, embora se tratasse de profissional autônoma. O juiz Serius determinou a comprovação da qualidade de empregada de Serinatas, no prazo de cinco dias. Diante de tal situação, a empresa Terceirização Ltda., por meio do sócio-gerente Katilus, registrou aludida profissional com data retroativa e anotação da CTPS, para esquivar-se dos efeitos de eventual revelia e confissão quanto à matéria de fato, apresentando os documentos ao Juiz Serius que, malgrado cauteloso, entendeu regular a representação.

§ 6º) Na audiência em prosseguimento, para instrução processual, o Reclamante Demetrius pediu ao seu irmão gêmeo monozigoto Decatus que o substituísse, pois era mais articulado e ninguém notaria a diferença, e assim fora feito.

§ 7º) Colheu-se o depoimento das partes, tendo Decatus prestado o depoimento ao invés do Reclamante Demetrius. No momento em que Serinatas prestava o seu depoimento, na qualidade de “preposta”, o advogado Agilus solicitou ao juiz Serius que tomasse o compromisso legal da preposta de dizer somente a verdade. O juiz Serius soltou uma gargalhada perguntando se o advogado havia se formado “por correspondência” para solicitar tamanha besteira! A audiência para oitiva de testemunhas foi designada para outra data, em razão do atraso na pauta.

§ 8º) Na data designada para a inquirição de testemunhas, previamente à audiência, Demetrius e Agilus ofereceram R\$ 1.000,00 à testemunha Dolotéia para que prestasse informações falsas. Com efeito, em depoimento, a testemunha Dolotéia alterou os fatos e recebeu a paga de R\$ 1.000,00; porém, antes da sentença, retratou-se, dizendo apenas a verdade. No entanto, durante a retratação, subtraiu o celular do juiz Serius, vendendo ao advogado Agilus por R\$ 500,00, ambos sabendo tratar-se de produto de crime.

§ 9º) A outra testemunha do Reclamante, de nome Claritas, não compareceu, pois o proprietário da empresa Reclamada Katilus determinou que seu empregado Inocencius mantivesse ela amarrada no barracão da empresa até o término da audiência, com posterior liberação da testemunha.

Pergunta-se:

- a) As personagens ficticiamente mencionadas cometeram algum crime? Quais? (Ao apontar os crimes, relacione-os aos parágrafos acima, sem necessidade de fundamentação).
- b) Considerando-se a teoria do domínio do fato, pode-se dizer que o sócio-gerente Nicholas poderá ser responsabilizado penalmente por algum dos episódios relatados? Quais? Justifique concisamente.
- c) A improbidade administrativa constitui crime? Justifique resumidamente.

SÉTIMA QUESTÃO - Responda lapidamente às seguintes indagações:

- a) Uma vez ratificados, os tratados e as convenções internacionais fazem parte do direito interno?
- b) As convenções da OIT, devidamente ratificadas, ocupam que posição hierárquica no sistema jurídico brasileiro?
- c) De que maneira os Tribunais Superiores resolvem os casos de incompatibilidade entre o direito nacional e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil? Qual a teoria adotada pelo Brasil?
- d) Mencione alguns casos em que as normas da OIT foram utilizadas para solucionar litígios em matéria laboral pelos Tribunais ou Juízes do Trabalho no Brasil.

OITAVA QUESTÃO - O Juiz do Trabalho não é, de há muito, *la bouche de la loi*, como preconizado por Montesquieu; ao contrário, Carlos Maximiliano compara o juiz e o legislador com o dramaturgo e o ator.

“Existe entre o legislador e o juiz a mesma relação que entre o dramaturgo e o ator. Deve este atender às palavras da peça e inspirar-se no seu conteúdo; porém, se é verdadeiro artista, não se limita a uma reprodução pálida e servil: dá vida ao papel, encarna de modo particular a personagem, imprime um traço pessoal à representação, empresta às cenas um certo colorido, variações de matiz quase imperceptíveis; e de tudo faz ressaltarem aos olhos dos espectadores maravilhosas belezas inesperadas, imprevistas. Assim o magistrado: não procede como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos; porém como órgão de aperfeiçoamento destes, intermediário entre a letra morta dos Códigos e a vida real, apto a plasmar, com a matéria-prima da lei, uma obra de elegância moral e útil à sociedade. Não o consideram autômato; e, sim, árbitro da adaptação dos textos às espécies ocorrentes, mediador esclarecido entre o direito individual e o social.”

Considerando o enunciado proposto:

- a) conceitue antinomia jurídica, distinguindo antinomia real da aparente, antinomias de 1º e 2º graus;
- b) cite os pressupostos para a ocorrência de antinomias jurídicas;
- c) indique os critérios que devem ser considerados para a solução das antinomias;
- d) resenhe acerca da teoria do diálogo das fontes e sua adoção em nossos tribunais;
- e) existe diferença entre lei, texto normativo, regra, norma e dispositivo? Esclareça, sucintamente, a sua opinião.

NONA QUESTÃO - A partir das formulações abaixo:

§ 1º) Responda de modo conciso e adequado as seguintes indagações utilizando o método da lógica do razoável de Recaséns Siches de um lado; e do positivismo de Kelsen de outro:

- a) Com base na legislação brasileira é admissível a desaposentação no regime geral de previdência social? O aposentado, admitindo-se possível a desaposentadoria, deve renunciar ao benefício por ele titularizado, restituindo os valores anteriormente recebidos para possibilitar o cômputo do tempo de contribuição precedente à primeira aposentadoria?
- b) O empresário Epaminondas, brasileiro e casado com separação de bens, tem por atividade um pensionato que aluga desde antes de se casar. No mesmo local (pensionato) mora com sua esposa Lírica e seu filho Artêmio, de cinco anos. Considerando o disposto no art. 978 do Código Civil (*O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real*), Epaminondas pode alienar ou gravar de ônus real o imóvel onde se situa o pensionato sem a vênua conjugal?

§ 2º) Explique, sinteticamente, no tocante à gestão de pessoas, a hierarquia de necessidades humanas, segundo Abraham Maslow.

DÉCIMA QUESTÃO - Em seu livro "**Crianças de Fibra**", a fotógrafa **Iolanda Huzak** e a jornalista **Jô Azevedo** retrataram a dura realidade do trabalho infantil nas mais diversas áreas, como a cultura canavieira, a extração de carvão, a colheita de frutos e vegetais, o trabalho doméstico, o cultivo do fumo, a entrega de jornais, a produção de louça, etc. Ao tratar do labor em aterros sanitários, as autoras mencionaram o depoimento da catadora de lixo **Iona**, de 11 anos, que "*sonha achar uma boneca Barbie no meio do lixo*" e assim disse: "*É muito ruim ser criança. Ela se sai mal quando o caminhão chega. As mais arretadas saem direto pro carro com o casquero. Mas a gente que tem medo vai trabalhando nas espreiadas. Porque tem muita gente abestada mesmo, que não pode ver a gente pegar uma lata, que pode até matar por isso. Vão*

*com tudo em cima, não importa se matar, furar. Já morreu gente nessa arrumação. As crianças catam com a mão, com paus. Perigoso. Uma amiga minha não viu um caco e cortou a mão. Depois tem esse movimento de caminhão, trator, tudo em cima, muito perigoso. Um menino morreu atropelado; e uma mulher, buchuda, o trator passou em cima" (Iolanda Huzak e Jô Azevedo. Crianças de Fibra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 81/82). Ao abordar do trabalho na entrega de jornais, apontaram **Francisco**, que labora nessa atividade desde os 10 anos e assim relatou: "O mais difícil é o final de semana. Tem de sair do jornal e já ir vendendo, no sinal nos bairros onde o pessoal compra mais, na Aldeota, onde tem shopping e as pessoas vão pra restaurante, cinema. Vende mais que domingo de manhã, se for até uma, duas da manhã. A gente conhece vigias que pastoram a gente de noite. A gente dorme e levanta no domingo, cedinho, pra vender o resto. Merenda a gente não ganha não, então passa numa pizzaria e dão alguma coisa" (idem, p. 72).*

Considere que **Iona** foi contratada por empresa que explora a reciclagem de lixo para trabalhar como catadora no aterro sanitário e que os horários de seu trabalho a impedem de ir para a escola.

Considere que **Francisco** foi contratado por empresa que comercializa a venda de jornais e, no exercício da atividade, ele carrega sacolões de 30Kg de jornal diariamente.

Sob a premissa de que ambos relataram suas reais condições de labor, indique:

- a) quais foram as normas protetivas violadas pelo trabalho a que se submeteram cada um deles;
- b) que medidas devem ser adotadas em relação ao trabalho de ambos;
- c) se **Iona** faz jus ao pagamento de FGTS;
- d) se é possível regularizar a atuação de **Francisco** como menor jornaleiro;
- e) é cabível a ação inibitória nesses casos? Fundamente sem atavios.

